



I FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DE VIÇOSA: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

I Development Forum Viçosa: Popular Participation
in Management of Local Public Policies

I Foro de Desarrollo de Viçosa: Participación Popular
en la Gestión de Políticas Públicas Locales

Carla Cristina da Silva (UFV)*
Bruno Tavares (UFV)**

*Professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus Poços de Caldas). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Interesses pelas áreas de gestão social, participação e arranjos produtivos locais.

Endereço: Rua Vicente de Paula, 80, Sagrada Família - Viçosa (Minas Gerais)

Email: carlacriss@gmail.com

**Professor Adjunto do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Tem interesse pelas áreas de gestão social, participação e arranjos produtivos locais.

Endereço: Av. PH Rolfs, s/n Campus UFV. Viçosa-MG 36.570-000

E-mail: brunoetavares@gmail.com

RESUMO

Com o objetivo de aglutinar e mobilizar a sociedade civil organizada para construir coletivamente um plano estratégico de desenvolvimento sustentável, o governo local de Viçosa – MG realizou o I Fórum de Desenvolvimento. Promovido pela ADEVI, o Fórum contou com cerca de 100 pessoas representando 31 instituições, além de participações voluntárias. Este artigo analisa as discussões ocorridas no âmbito dos quatro eixos temáticos discutidos no evento: Políticas Sociais, Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico e Aspectos Físicos e Territoriais. Especificamente, o artigo tem por objetivo apresentar as conclusões destes eixos, validando a experiência

de participação popular na formulação de prioridades locais. A partir de uma metodologia qualitativa e descritiva, o método empregado foi à análise de conteúdo, tomando-se por base alguns critérios de categorização definidos a partir de trabalhos semelhantes. Os resultados apontam as fragilidades e as potencialidades do município, permitindo uma descrição ampla da realidade local a partir de diferentes olhares. Pode-se concluir que as dimensões de saúde e educação foram apresentadas como deficientes, havendo necessidade de maior atenção. Por outro lado, há possibilidade de melhoria por meio do fortalecimento das entidades sociais e da atenção do poder público às peculiaridades naturais e sociais.

Palavras-chave

Participação Popular. Planejamento Municipal. Administração Pública.

ABSTRACT

With the objective of uniting and mobilizing civil society organizations to collectively build a strategic plan for sustainable development, the local government of Viçosa - MG I realized the Development Forum. Promoted by ADEVI, the Forum was attended by about 100 people representing 31 institutions, and voluntary participation. This article analyzes the discussions held within the four themes discussed at the event: Social Policy, Public Administration, Economic Development and Physical and Territorial Aspects. Specifically, it aims to present the findings of these axes, validating the experience of popular participation in the formulation of local priorities. From a qualitative and descriptive methodology, the method used was content analysis, taking as a base some categorization criteria set out from similar work. The results show the weaknesses and potential of the municipality, allowing a broad description of the local reality from different perspectives. It can be concluded that the dimensions of health and education have been presented as deficient, requiring greater attention. On the other hand, there is room for improvement by strengthening social institutions and the attention of the government to the natural and social peculiarities.

Keywords

Popular Participation. Municipal Planning. Public Administration.

RESUMEN

Con el objetivo de unir y movilizar a las

organizaciones de la sociedad civil para construir colectivamente un plan estratégico para el desarrollo sostenible, el gobierno local de Viçosa - MG me di cuenta de el Foro de Desarrollo. Promovido por ADEVI, el Foro contó con la participación de 100 personas en representación de 31 instituciones, y la participación voluntaria. Este artículo analiza los debates celebrados en los cuatro temas discutidos en el evento: Política Social, de la Administración Pública, de Desarrollo Económico y físicas y aspectos territoriales. En concreto, se trata de presentar las conclusiones de estos ejes, la validación de la experiencia de la participación popular en la formulación de las prioridades locales. A partir de una metodología cualitativa y descriptiva, el método utilizado fue el análisis de contenido, tomando como base algunos criterios de clasificación establecidos por un trabajo similar. Los resultados muestran las debilidades y potencialidades del municipio, lo que permite una amplia descripción de la realidad local desde diferentes perspectivas. Se puede concluir que las dimensiones de la salud y la educación se han presentado como deficiente, lo que requiere una mayor atención. Por otro lado, existe margen de mejora mediante el fortalecimiento de las instituciones sociales y la atención del gobierno a las peculiaridades naturales y sociales

Palabras clave

La Participación Popular. La Planificación Municipal. Administración Pública.

1. Introdução

Gestão social é um conceito que tem ganhado atenção crescente por parte de acadêmicos e gestores públicos. O presente artigo tratará gestão social como um conceito que se fundamenta na prática de uma gestão comprometida com o diálogo, a cidadania deliberativa e criação de reais espaços de

articulação e de discussão. O papel do Estado na formulação e implementação de políticas passa a ser questionado a partir da década de 80, principalmente no que diz respeito à forma de gerir as demandas da sociedade, surgindo, assim, novas percepções para a gestão pública, com o objetivo de consolidar a democracia brasileira e difundir o conceito e a prática da cidadania. A democracia e a transferência de algumas responsabilidades do Estado para a sociedade civil fomentam a gestão social como um processo que contempla a participação nos espaços públicos (TEIXEIRA *et al.*, 2010; MILANI, 2008).

A partir da década de 80, intensificou-se a busca pela alteração nos padrões de desigualdade social, civil e política no Brasil. Ocorreram mudanças significativas no papel do Estado e na organização da sociedade civil, com a emergência dos movimentos sociais e das reivindicações em direção à democratização do Estado, e com a intensificação da participação social. Com a constituição federal de 1988 e o processo de democratização e descentralização político-administrativas do Estado brasileiro, o impacto e as mudanças políticas foram evidentes. Surgiram importantes inovações na gestão das políticas públicas, ampliando os canais de participação da sociedade nas decisões governamentais. A partir das reivindicações sociais, a sociedade civil passou a influenciar o projeto político do Estado, tendo como resultados a institucionalização da participação como princípio de organização e de gestão das políticas sociais, bem como a descentralização, as quais tiveram maior foco no âmbito local.

A descentralização político-administrativa ocorreu, principalmente, em decorrência de uma reforma na política fiscal, com a instituição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a transferência para os municípios de políticas que tradicionalmente eram coordenadas e/ou executadas pelo governo estadual e federal. Além desse repasse e da arrecadação própria, os municípios recebem parcelas de recursos do ICMS, do ITR dos Fundos de Saúde, Assistência

Social e Educação (ARRETCHE, 2003). Neste processo, os espaços locais foram apontados como lugar privilegiado para o atendimento das necessidades dos cidadãos, enfatizando a importância da participação ativa da sociedade na gestão de programas, equipamentos ou serviços sociais implementados em nível local, como garantia de maior transparência das ações do Estado.

O objetivo da participação é contribuir para a definição de políticas mais viáveis e justas, com impacto significativo sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento. As ações locais conduzidas com a participação dos diferentes segmentos representados da sociedade podem ter papel fundamental no compartilhamento de oportunidades e responsabilidades, com consequente diminuição da desigualdade social no país (CAMPANHOLA; SILVA, 2000). De acordo com Tendler (1998), numa visão otimista do processo de participação social, os atores são chamados a qualificar a elaboração das políticas públicas, trazendo à cena pública e ao debate suas visões e as demandas sociais, percepções e diagnósticos sobre problemas que enfrentam e alternativas que vislumbram para solucionar os mesmos. Diversos são os exemplos de participação da sociedade na implementação e formulação de políticas públicas, tais como orçamentos participativos, conselhos de políticas públicas, fóruns e redes de desenvolvimento local, círculos de estudos, conferências de construção de consenso, pesquisas deliberativas, júris de cidadãos, entre outros.

Na tentativa de tornar o planejamento das políticas sociais cada vez mais participativo, o governo local de Viçosa – MG realizou o I Fórum de Desenvolvimento de Viçosa, que teve por objetivo aglutinar e mobilizar a sociedade civil organizada para construir coletivamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Viçosa e Região. Neste espaço, cerca de 100 pessoas, representando os atores sociais dos diversos conselhos e entidades representativas do município, ajudaram a construir um cenário

sobre as políticas sociais. A intenção foi pensar a realidade das políticas sociais, seus desafios e pontos positivos, bem como sugerir mudanças e reformulações. Analisando essas contribuições, procura-se apontar as representações sociais sobre a realidade das políticas sociais e a construção social de alternativas para melhorar a situação posta.

Este trabalho pretende analisar as contribuições da participação social no município de Viçosa, localizado na Zona da Mata Leste de Minas Gerais, para a qualificação e elaboração das políticas públicas no município. Mais especificamente, o presente texto procura apontar, à luz das discussões iniciadas acima, os resultados do I Fórum de Desenvolvimento de Viçosa para a construção social dos limites e das possibilidades à formulação e implementação das políticas sociais no município.

O artigo está dividido em cinco partes, iniciando com esta introdução. Na seção seguinte, são apresentados os aportes teóricos para a gestão social e participação, e, na terceira seção, os resultados da participação no Fórum, bem como uma discussão sobre o assunto. Na sequência, apresentam-se projetos e ações futuras para as políticas sociais em Viçosa e, finalizando, as considerações finais.

2. Referencial teórico

2.1 Gestão social

Política pública é discutida em todas as áreas do conhecimento. Souza (2006) mostra, de uma forma geral, como esta é vista pela academia ao longo do tempo. Inicialmente, como um equilíbrio no orçamento entre receita e despesa; depois, como uma nova visão do estado, uma política restrita aos gastos; e, por último, como uma relação que existe entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática. De acordo com a autora, a maioria dos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos,

ainda não conseguiram formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. A partir deste raciocínio, percebe-se que a gestão do Estado está presa em otimizar o capital investido, na qual a produção e reprodução de riquezas materiais e avanços são o foco.

Para Souza (2006, p.24), “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Logo, contra esse tipo de pensamento reducionista, surge o conceito de gestão social que, sem deixar de lado a importância da sustentabilidade econômica, “se centra no processo de desenvolvimento, na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades e no desenvolvimento das potencialidades humanas” (TENÓRIO, 2008, p. 40). Neste conceito, o Estado não perde sua importância, mas deixa de ter o monopólio do poder e, juntamente com a sociedade civil, passa a planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas.

Segundo França Filho (2008), as ações ou práticas de gestão social são realizadas não apenas por atores governamentais, mas, também, por organizações não governamentais, associações e fundações. O setor privado, da mesma forma, pode ser incluído nessa prática quando suas iniciativas partem de noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa.

O conceito de gestão social está relacionado com a gestão das organizações e de suas relações com as mais variadas práticas sociais de diferentes atores (CARRION; CALOU, 2008). Esse tema está vinculado às relações sociais, nas quais a participação e a gestão democrática estão presentes na formulação de políticas públicas. Assim, segundo França Filho (2008, p. 26), gestão social pode ser entendida como “processo gerencial dialógico, onde a

autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”. Esse conceito pode ser entendido sob a perspectiva da sociedade, em que esta se relaciona com a gestão das demandas e necessidades sociais, cujo termo vai além da função do Estado. Ou, então, pode ser entendido sob a perspectiva da gestão social, como uma modalidade específica de gestão, podendo ser pensada como um modo de orientação para uma ação organizacional, ou seja, uma forma de gestão organizacional que pretende relacionar à sua ação aspectos sociais, políticos, culturais e ecológicos.

De acordo com França Filho (2008), um avanço importante no conceito de gestão social é reconhecer que esta se refere a algo que acontece em um espaço público, podendo ser de cunho estatal e/ou social. Cabe, aqui, ressaltar a definição de esfera pública como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (TENÓRIO, 2006, p. 59). É na esfera pública que acontece a igualdade de direitos por meio de debates. Nesse agir comunicativo, constitui-se um espaço social que se caracteriza, diferentemente, de um espaço burocrático, A esfera pública deve identificar, compreender, questionar e propor as soluções dos problemas da sociedade, ao ponto destes se tornarem políticas aos olhos do governo. A gestão social é uma ação política das organizações no sentido de atuarem ou agirem num espaço público.

A sociedade civil, de acordo com Tenório (2008), é o suporte da estrutura de comunicação da esfera pública, podendo ser caracterizada como um conjunto de instituições de caráter não econômico e não estatal. Sua principal função é captar problemas da sociedade e levá-los para a esfera pública, com o intuito de promover a comunicação de um determinado conteúdo. Sendo ambos complementares, a esfera pública seria aquele espaço social onde ocorreria a

interação entre a sociedade civil e o Estado tomando decisões sobre políticas públicas, por meio de discussões, a fim de realizar atendimentos de caráter coletivo.

Para definir o conceito de gestão social, Tenório (2007) se baseia em alguns conceitos que ele denominou “pares de palavras-categorias”. Dois pares iniciais foram Sociedade-Estado e Trabalho-Capital, em que mostra a relação entre a sociedade e o Estado, enfatizando o papel da sociedade civil e o trabalho na interação entre sociedade e Estado. Posteriormente, para chegar ao entendimento sobre gestão social, o autor define outros dois pares de palavras, Gestão Estratégica e Gestão Social, em que o primeiro é determinado para o mercado, enfatizando o lucro, e o segundo prima pela solidariedade, sobressaindo o diálogo.

A compreensão desses pares de palavras juntamente com o conceito de cidadania deliberativa contribuiu para o entendimento de gestão social. Cidadania deliberativa enfatiza que processos de discussão, princípios da inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e o bem comum devem estar relacionados diretamente com a validade de qualquer decisão política (TENÓRIO, 2007). Esse conceito refere-se ao cidadão enquanto colaborador na gestão de interesses públicos.

Assim, a partir do entendimento dos referidos pares de palavras, o conceito de gestão social pode ser definido como:

(...) o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). Esta ação pode ocorrer tanto em sistema público privado, ou de organizações não governamentais (TENÓRIO, 2008, p. 42).

A verdade, na gestão social, é um acordo

alcançado por meio da discussão, na qual todos os participantes da ação comungam da mesma decisão. Para o autor, todos são capazes de pensar sua experiência, ou seja, capazes de produzir conhecimento, “(...) participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer com e não para, (...) é uma prática social” (TENÓRIO, 2008, p. 46).

2.2 Participação social

A constituição de 1988 lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob-responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas e à definição dos beneficiários e dos benefícios. A ampliação das situações sociais reconhecidas como objeto de garantias legais de proteção e submetidas à regulamentação estatal implicou significativa expansão da responsabilidade pública em face de vários problemas cujo enfrentamento se dava, parcial ou integralmente, no espaço privado. A intervenção estatal, regulamentada pelas leis complementares que normatizaram as determinações constitucionais, passou a se referir a um terreno mais vasto da vida social, tanto com objetivos de equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza.

A partir da metade da década de 1970 até o início dos anos 1980, surgiram tentativas de desenvolver um novo quadro paradigmático capaz de interpretar, com maior cautela e discernimento, os movimentos sociais emergentes na sociedade brasileira. Antes disso, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares (GOHN, 2003; ZICCARDI, 2004; DAGNINO, 2004).

De acordo com Albuquerque (2007), a participação da sociedade nas políticas e

programas sociais está associada à reforma do Estado que enfatizou a descentralização de tais políticas. A proposta de reforma das políticas sociais emerge desde o debilitamento dos antigos sistemas de proteção social, progressivamente abalados por diversas crises que se sucederam desde a perda de dinamismo do chamado “Estado desenvolvimentista”, até as fortes crises econômicas e fiscais dos anos 80 e 90. Os estudos sobre participação operaram a partir de grandes divisões espaciais e culturais. Segundo Avritzer (2007), as práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos.

A constituição proporcionou um processo de descentralização no país que trouxe a necessidade de democratizar as relações entre Estado e a sociedade civil, de reestruturar o Estado e de fiscalizar e acompanhar as ações do poder público, a fim de garantir a participação da sociedade nas definições e decisões de políticas públicas. Como resultado, muitos governos locais institucionalizaram várias experiências participativas, que vão desde conselhos municipais setoriais voltados para a decisão, participação na gestão e fiscalização de políticas sociais e de pequenas obras públicas, até a participação em fóruns e redes de desenvolvimento local, círculos de estudo, conferências de construção de consenso, pesquisas deliberativas, júris de cidadãos, orçamento participativo (OP), entre outras.

Para Tandler (1998), o principal mérito das instituições deliberativas ou da institucionalização da participação política da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e, de modo mais amplo, nos mecanismos de governança, é sua contribuição para tornar os governos mais transparentes e diminuir o oportunismo que leva à corrupção. Além disso, a autora pondera que não restam dúvidas de que as ações locais, desde que conduzidas com a participação dos diferentes segmentos representados da sociedade, podem ter papel preponderante no compartilhamento de oportunidades e responsabilidades,

com conseqüente diminuição da acentuada desigualdade social presente no país.

De acordo com Bandeira (1999), podem ser desenvolvidas várias linhas convergentes de argumentação para destacar a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, regional ou local:

- A necessidade da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade;
- A importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo. Uma das conexões desse argumento é a implicação de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público;
- O terceiro argumento vincula a participação à acumulação de capital social. Este é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas, constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).
- O penúltimo argumento estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região.
- E, por fim, o último argumento ressalta o

papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, as quais facilitam a construção de consensos básicos, entre os atores sociais, que são essenciais para o desenvolvimento.

Essas vertentes destacam dois aspectos da participação, quais sejam, seu caráter de elemento essencial da própria ideia de democracia e seu importante papel instrumental, derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivo, extremamente relevantes para a promoção do desenvolvimento. Essa é a ideia de Carole Pateman (1992) quando afirma que a participação possui, além de outras, a função de integrar, ou seja, de fornecer a sensação de que cada cidadão isolado “pertence” a seu território e precisa, conjuntamente, contribuir com ele. Além disso, a autora afirma que a participação tem uma função educativa, em que o indivíduo aprende a participar participando e, com isso, acumula um capital político.

Neste sentido, Gohn (2003, p. 43) argumenta que os processos participativos podem forjar “competências e habilidades a partir das experiências que vivenciam”. Assim, as práticas participativas representam a potencialização e a ampliação de práticas comunitárias, através do estabelecimento e ativação de um conjunto de mecanismos institucionais que reconheçam direitos efetivamente exercitáveis e estimulem estratégias de envolvimento e corresponsabilização.

Coelho (2007) destaca desafios para ampliar a participação, os quais estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação, onde os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo. É importante ressaltar que, de um modo geral, a contribuição de espaços de participação implica

a existência de uma sociedade civil organizada ou “robusta” que lhe dê suporte (TENDLER, 1998). Essa afirmativa está de acordo com Evans (2003) ao considerar que a efetiva participação social requer um contexto sólido de instituições formais. Tais instituições representam um meio mais efetivo para engajar os cidadãos envolvidos pelos projetos ou programas de desenvolvimento, possibilitando, de acordo com Peter Evans (2003, p. 22), “uma base mais sólida para avaliar as prioridades de desenvolvimento”. Além disso, corroborando o argumento de Sen, Evans (2003, p. 23) afirma que os espaços públicos “expandem o que o desenvolvimento oferece, dando aos cidadãos a oportunidade de exercer a capacidade humana fundamental de fazer escolhas”.

Portanto, os problemas sociais que o Estado busca sanar, concomitantemente ao incentivo à participação popular nos processos de desenvolvimento e planejamento das políticas sociais, devem buscar fomentar espaços de participação representativos e fortemente democráticos, para oferecer condições do exercício das mais importantes capacidades humanas, entre elas, na compreensão de Sen (2000), a de fazer escolhas.

Existem alguns pré-requisitos para que a participação seja efetiva, de acordo com Tenório e Rozenberg (1997 *apud* TENÓRIO, 2008). Inicialmente, o envolvido deve ter consciência sobre os atos e compreensão sobre o processo que está vivenciando. Depois, a participação não pode ser forçada, não pode ser uma mera concessão. E, por fim, na participação, deve existir a voluntariedade, sendo de interesse do indivíduo o envolvimento.

3. Metodologia

Este trabalho foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa e tem caráter descritivo. Os dados primários foram coletados durante a realização do I Fórum de Desenvolvimento de Viçosa, onde estavam presentes os diferentes

segmentos e representantes da sociedade viçosense. Durante o evento, os autores se concentraram nas discussões sobre políticas sociais, gestão pública, desenvolvimento econômico e aspectos físicos e territoriais, e, por meio de caderno de campo, ao longo das observações, realizaram-se anotações das falas dos participantes. A metodologia da discussão sobre as políticas sociais consistia na construção dos pontos fortes e fracos e oportunidades e ameaças das políticas sociais em Viçosa, e, também, o que a sociedade esperava do município até o ano de 2025. Todos os presentes davam suas contribuições em cada uma das questões colocadas.

Com essa dinâmica, foi possível compreender as representações sociais sobre a realidade social de Viçosa, e visualizar a construção social por meio das contribuições dos diferentes participantes a respeito das possibilidades e limites para serem implementadas políticas sociais, uma gestão pública e desenvolvimento econômico, nos aspectos físicos e territoriais. A intenção é descrever o resultado dessa dinâmica e apontar as oportunidades geradas por meio da participação social.

Para a análise dos dados, o método empregado foi a análise de conteúdo, utilizando-se a técnica de análise categorial por temas. Os procedimentos foram baseados na proposta de Bardin (1988). A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia). Desta forma, a categorização é alcançada por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo agrupamentos analógicos, e caracteriza-se por um processo estruturalista que classifica os elementos por seus aspectos congruentes.

A primeira etapa consistiu na pré-análise (conhecimento geral do material disponibilizado) e definição dos parâmetros. Para o recorte dos conteúdos, optou-se, como unidade de significação ou unidade de registro, pela utilização

dos depoimentos dos participantes.

Para a definição das categorias analíticas, foram levados em conta os apontamentos de análise (Oportunidades, Ameaças, Pontos Fortes e Pontos Fracos). Uma primeira categorização teve como foco a distinção dos elementos “positivos” (pontos fortes e oportunidades) dos negativos (ameaças e pontos fracos). Num segundo momento, houve uma reordenação buscando a identificação dos sentidos dos relatos, sendo reunidos por similaridade. Consideraram-se “propostas e ações” como uma categorização própria, dado que não são positivas ou negativas. Assim, as análises iniciam-se com a descrição da realidade em termos positivos e negativos, e encerram-se com a ordenação das propostas e ações. A seguir, são apresentadas as principais análises, segundo os critérios escolhidos.

4. Análise dos resultados

Neste tópico, serão apresentadas, sucintamente, as discussões do Fórum de Desenvolvimento de Viçosa. O objetivo da análise foi identificar os temas mais relevantes apresentados pelos participantes, de modo a evidenciar os pontos críticos a serem observados pelas entidades e pelo poder público local. Assim, o referido Fórum, como instrumento de participação social, pode resultar em contribuições para aproximar as demandas sociais às ações do governo, e o real ao esperado, quanto às políticas sociais, desenvolvimento econômico, aspectos físicos e territoriais e gestão pública.

Para a análise, buscou-se evidenciar o compromisso dos governos (nacionais e sub-nacionais) com o bem-estar da sociedade, manifestado por meio de ações governamentais que visam a garantir direitos e vida digna nos seus diferentes aspectos: Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Agricultura, Saneamento, Habitação Popular e Meio Ambiente.

Para apresentar o texto que se segue, os

apontamentos destacados pelos participantes foram organizados segundo a similaridade. As unidades de registro são as próprias contribuições dos participantes que construíram uma matriz SWOT, na qual são destacados os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades, com relação às políticas sociais, ao desenvolvimento econômico, aos aspectos físicos e territoriais, assim como à gestão pública do município de Viçosa. Além da matriz, foram colocadas algumas proposições de ações para neutralizar as ameaças e aproveitar as oportunidades. As unidades de registros de cada eixo (tema) foram organizadas em categorias, a saber, no Quadro 1:

Quadro 1 – Eixos e as respectivas categorias

Eixos	Categorias
Gestão Pública	1 - Políticas públicas; 2 - Parceria público-privado; 3 - Pessoas e capacitações; 4 - Conhecimento e saber; 5 - Participação social.
Aspectos Físicos e Territoriais	1 - Entidades e participação social; 2 - Uso e ocupação do solo; 3 - Setores econômicos; 4 - Poder público, legislação e projetos; 5 - Mobilidade urbana; 6 – Outros temas relevantes.
Desenvolvimento Econômico	1 - Empresas e setores; 2 - Características viçosenses; 3 - Pessoas e capacitações; 4 - Fatores externos; 5 - Fluxo monetário e renda; 6 - Conhecimento e saber.
Políticas Sociais	1 - Instituições de ensino; 2 - Serviços públicos e organização da sociedade civil; 3 - Ações dos governantes; 4 - Aspectos estruturais, sociais e ambientais do município Viçosa; 5 - Características da sociedade viçosense

Fonte: dados da pesquisa.

4.1 Discussões sobre a realidade

Neste item, será apresentada a análise dos apontamentos sobre os fatos identificados, por parte dos participantes do Fórum, como sendo pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades do município.

No que se refere ao eixo **Gestão Pública** do município, foram apresentadas suas características positivas e negativas. Os participantes identificaram os temas mais relevantes sobre gestão pública, de modo a evidenciar os pontos críticos a serem observados pelas entidades e pelo poder público local. As correspondências foram classificadas, ainda, em positivas e negativas, sendo as positivas, as que foram citadas nos Pontos Fortes e Oportunidades, e as negativas, aquelas citadas em Pontos Fracos e Ameaças, como exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Aspectos positivos e negativos de cada categoria do eixo Gestão Pública

Gestão Pública		
Categorias*	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1	Infraestrutura, Incentivos	Planejamento, Organização da participação popular, Infraestrutura, Gestão
2	Desenvolvimento econômico, Desenvolvimento do conhecimento e cultura	Prazo dos projetos
3	Qualificação profissional	Capacitação deficiente
4	Construção do conhecimento	Descaso com a educação
5	Participação da sociedade	Aspectos políticos

* Vide Quadro 1

Fonte: dados da pesquisa.

Na primeira categoria, “Políticas públicas”, no eixo Gestão Pública, foram discutidas a criação e aplicação de planos, leis e programas, por parte do município, que buscam assegurar a cidadania, sendo apresentadas a estrutura física da cidade e seus impactos para a gestão e desenvolvimento do município, e as políticas de incentivo como aspectos positivos. O aspecto negativo desse eixo

se refere ao planejamento das políticas públicas, à participação da sociedade na elaboração das políticas e à gestão das políticas públicas.

A categoria “Parceria público-privado” enfatiza as relações entre o governo e os demais setores econômicos presentes no município, apresentando as parcerias e ações entre setor público, privado e sociedade que promovem a capacitação e o desenvolvimento cultural das pessoas e do município como um aspecto positivo, e os projetos de parceria público-privada que têm sua maturação no médio e longo prazo, o que não corresponde à necessidade de curto prazo de alguns investimentos, como um aspecto negativo.

Nível de escolaridade, força de trabalho e capital intelectual foram o foco da terceira categoria “Pessoas e capacitações”. A capacitação de pessoal e desenvolvimento de potencialidades foram considerados aspectos positivos, enquanto ausência de pessoas capacitadas para cargos de gestão e relacionamento foi um aspecto negativo.

O eixo Gestão Pública foi analisado a partir do conhecimento e informação dos cidadãos de Viçosa, como fatores motivadores relacionados à geração, manutenção e disseminação do “Conhecimento e saber” no município e microrregião, devido ao fato desse local ser um polo universitário. Daí a necessidade de maior atenção para políticas educacionais.

Por fim, o eixo foi analisado sob o aspecto do envolvimento da sociedade nos processos de tomada de decisão e de elaboração das políticas públicas do município. Destaca-se a importância das organizações não governamentais (ONG’s) na “Categoria participação social”.

Outros aspectos focalizados no Fórum foram os Físicos e Territoriais, sendo analisados os temas mais debatidos, na forma de categoria, que dizem respeito à realidade Viçosense, retratados no Quadro 3.

Quadro 3 – Aspectos positivos e negativos de cada categoria do eixo “Aspectos Físicos e Territoriais”

Aspectos Físicos e Territoriais		
Categorias*	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1	Número e a diversidade de entidades	Limitações por parte das entidades
2	Não foram citados pontos positivos por parte dos participantes	Ausência de direcionamento previamente estabelecido para as atividades
3	Existência de instrumentos disponíveis	Impedimentos estruturais para aplicação das leis e projetos
4	Construção civil, Atividades culturais, Entretenimento, Turismo	Financeiro, Transporte público, Extrativista (mineroduto)
5	Estrada de ferro	Ocupação das margens das rodovias, Dificuldade de acesso, Monopólio do transporte público
6	Localização regional	Infraestrutura urbana, Meio ambiente

* Vide Quadro 1

Fonte: dados da pesquisa.

No eixo Aspectos Físicos e Territoriais, são discutidos temas relacionados a “Entidades e participação social”, que se referem às entidades da administração pública indireta e suas ações. Nessa categoria, destaca-se a diversidade de entidades com caráter assistencialista no município. Entretanto, na categoria “Uso e ocupação do solo”, analisaram-se os elementos que condicionam e caracterizam os tipos de uso e as formas de ocupação do solo urbano e rural em Viçosa, sendo apresentada como

referência negativa a ausência de direcionamento previamente estabelecido para as atividades.

A administração pública direta e suas características, a legislação existente e projetos já apresentados, realizados ou não, foram tratados nesse eixo na terceira categoria “Poder público, legislação e projetos”, destacando como positivo a existência de instrumentos disponíveis, e negativos, os impedimentos estruturais para a aplicação das leis e projetos, a fragilidade na relação entre a UFV e a municipalidade e os limites da participação social.

Referências a setores econômicos foram, também, destacados nesse eixo, sendo apresentados como positivos os setores da construção civil, de atividades culturais e entretenimento e de turismo. As referências negativas foram relacionadas ao setor financeiro, transporte público e extrativista. Criou-se, ainda, uma categoria denominada “mobilidade urbana” que está relacionada com a facilidade de deslocamento no meio urbano e interurbano. A única referência positiva nessa categoria diz respeito à estrada de ferro, podendo-se inferir que tal estrutura pode ser potencialmente utilizada para melhorar a acessibilidade e favorecer o deslocamento intramunicipal. A dificuldade de acesso e o monopólio do transporte público são aspectos negativos.

Quadro 4 – Aspectos positivos e negativos de cada categoria do eixo “Desenvolvimento Econômico”

Desenvolvimento Econômico		
Categorias*	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1	CENTEV e outras entidades, Instituições de ensino, Compras governamentais, Terceiro setor	Ineficiência pública, Relações entre agentes, Dependência da UFV
2	Setores empresariais, Turismo de negócios, Empreendedorismo e Pequenas empresas	Incentivo ao setor privado, Produtividade
3	Aspectos materiais e imateriais	Estrutura e infraestrutura urbana, Localização, Aspectos sociais
4	Capital humano, Empreendedorismo e investidores	Mão de obra técnica, Formação profissional e gerencial
5	Compras governamentais, Crescimento econômico	Cenário econômico, Medidas governamentais
6	Potencial econômico positivo, Renda universitária	Dependência econômica da UFV, Potencial econômico negativo
7	Polo de conhecimento, Pesquisa e desenvolvimento	Fuga do conhecimento gerado

* Vide Quadro 1

Fonte: dados da pesquisa.

Uma última categoria criada nesse eixo foi denominada “Outros temas relevantes”, a qual retratou assuntos que convergiram entre si. Conhecimento, saber, pessoas que tratam das informações existentes e qualificações de pessoal, no município e região, foram apontados como aspetos positivos. Já infraestrutura urbana

e meio ambiente, como negativos.

O terceiro eixo analisado se refere ao aspecto Desenvolvimento Econômico do município. Dividido em sete categorias, destacam-se os pontos positivos e negativos no Quadro 4.

Nesse eixo, percebem-se categorias que abrangem temas diversos, mas que, analisadas em profundidade, remetem ao tema desenvolvimento econômico. A primeira categoria “Instituições” refere-se ao conjunto de organizações sem fins econômicos e entidades representativas que foram citadas como responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Viçosa e região. Apontaram-se algumas instituições como aspecto positivo: CENTEV, instituições de ensino, compras governamentais (diz respeito ao poder de compra do Estado) e terceiro setor. Sobre os aspectos negativos, destacam-se as relações das entidades entre si e destas com os cidadãos; e a relação entre a UFV e o Município de Viçosa, muitas vezes marcada pela dependência institucional deste em relação à universidade.

Uma segunda categoria analisada nesse eixo é denominada “Empresas e setores” e retrata os setores de atividade econômica e empresarial do município. Como aspectos positivos, citam-se os principais setores existentes no município, como o empresarial, principalmente os microempreendimentos. A baixa produção de recursos dentro do município no setor industrial e a dependência de produtos de outras regiões foram apontadas como fatores negativos.

Nesse eixo, foi criada a categoria “Características viçosenses” que retrata os aspectos gerais vinculados à Viçosa e que influenciam o desenvolvimento econômico. Foram citadas como positivas características materiais e abstratas, a exemplo da receptividade local, da cultura empreendedora e da “marca” Viçosa que é conhecida nacional e internacionalmente. Aspectos desanimadores foram identificados, como o meio urbano, problemas na estrutura viária, no abastecimento de água, na demanda por atendimento básico hospitalar, bem como dificuldades logísticas do município em relação a sua localização e, por fim, aspectos sociais,

relacionados a diferenças sociais e à criminalidade.

Nível de escolaridade, força de trabalho e capital intelectual do município constituíram a quarta categoria criada “Pessoas e capacitação”. Em Viçosa, há elevada qualificação de pessoal, sejam os profissionais que trabalham nas instituições (universidades e faculdades, principalmente), os profissionais formados que lá residem, os estudantes e ou profissionais já aposentados. Ao mesmo tempo, a cidade apresenta problemas de capacitação de mão de obra técnica e de nível médio, o que exige a formação de empreendedores no sentido gerencial, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Quanto aos “Fatores externos”, notam-se elementos econômicos, políticos, legais, tecnológicos, culturais e sociais fora do controle das instituições de Viçosa. Em relação aos pontos positivos, os assuntos comentados referem-se à possibilidade das micro e pequenas empresas participarem das compras governamentais, por meio da Lei Geral das MPE (cinco referências), e ao crescimento da Economia e, subsequente, aumento de investimentos. O atual cenário econômico é preocupante, assim como o são as medidas tomadas pelo governo, na esfera Federal, Estadual e Municipal que afetam o desenvolvimento econômico.

Sobre o “Fluxo monetário e renda” no município, segundo os participantes do Fórum, o poder aquisitivo em Viçosa é determinado pelo orçamento da Universidade Federal, o que representa um potencial econômico devido aos recursos trazidos pela população flutuante, decorrente da atividade universitária, e pela massa salarial paga aos servidores públicos federais. “Conhecimento e saber” foram citados como potencial do município, por meio da capacidade de pesquisa, porém, a dependência da universidade é vista de forma negativa.

Por fim, no evento, foram retratadas as **Políticas Sociais** do município, sendo identificados os temas mais relevantes, de modo a evidenciar os pontos críticos a serem observados pelas entidades e pelo poder público local.

Quadro 5 – Aspectos positivos e negativos de cada categoria do eixo “Políticas Sociais”

Políticas Sociais		
Categorias*	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1	Ensino superior, Diversas redes de ensino, Parcerias entre prefeitura e UFV, Programas governamentais	Baixa remuneração na rede de ensino municipal, Infraestrutura das escolas, Acesso escolar para portadores de necessidades especiais
2	Sociedade civil	Investimento em projetos sociais, Incentivo ao emprego e renda, Escassez de áreas de lazer para adolescentes e crianças, Atendimento nos serviços públicos
3	Conselhos gestores, Legislação apropriada, Centro de referência especializada da assistência social, Centro de referência da assistência social	Espaços para atividades culturais e esportivas, Falta de um centro de atendimento psicossocial para álcool e drogas
4	Imagem educadora da cidade, Belezas naturais	Perspectivas de empregos efetivos, Desvalorização de mão de obra especializada, Assaltos e pequenos furtos, Calçadas, Organização imobiliária e comercial predatória
5	Cidade acolhedora, Ambiente promissor e empreendedor, Educação no trânsito dos motoristas, Diversidade cultural	Não foi citado pontos negativos por parte dos participantes

* Vide Quadro 1

Fonte: dados da pesquisa.

No eixo Políticas Sociais, cinco categorias foram criadas para melhor entender os pontos positivos e negativos citados pelos participantes.

Percebe-se que instituições de ensino, serviços públicos, organização da sociedade civil e ações dos governantes são as questões mais importantes debatidas em políticas sociais, e, por isso, carecem de maior atenção.

As “Instituições de ensino”, na cidade de Viçosa, tiveram grande destaque nos debates construídos nesse eixo, principalmente, as diversas redes de ensino existentes, de caráter público e privado. A educação foi destacada como ponto positivo, mas a baixa remuneração na rede de ensino municipal e a infraestrutura das escolas, principalmente daquelas situadas na periferia, foram o destaque negativo.

Com relação aos “Serviços públicos e organização da sociedade civil”, a existência de entidades representativas da sociedade civil, tanto em número quanto em variedade, é vista com bons olhos. A crítica dos participantes voltou-se para o baixo investimento em projetos sociais, a falta de humanização no atendimento na rede de saúde pública, a escassez de áreas de lazer para adolescentes e crianças, a falta de incentivo ao emprego e renda e a fragilidade na política de combate as drogas.

As “Ações dos governantes” apresentam-se como fracas, já que há carência de espaços para atividades culturais e esportivas para a população infanto-juvenil, principalmente nos bairros considerados mais pobres. Os participantes enfatizaram a precariedade dos serviços municipais na área de saúde e a não existência de um centro de atendimento psicossocial para álcool e drogas. Embora o número de usuários de drogas, lícitas e ilícitas, não seja desprezível, há pouca articulação entre as iniciativas do terceiro setor e iniciativas governamentais nessa área..

Nesse eixo, foram retratados os “Aspectos imateriais, estruturais e sociais” de Viçosa que estão mais relacionados com a cidade em si, e menos com as políticas sociais. Mas, como as discussões em torno dessa questão perpassaram pelo eixo de políticas sociais, considerou-se pertinente sua inclusão. No que se refere a aspectos estruturais, sociais e ambientais de

Viçosa, destacaram-se potencialidades, como ser uma cidade universitária e a existência da marca do doce de leite Viçosa. Essa penúltima categoria está ligada à última, “Características da sociedade Viçosense”, que retrata alguns aspectos da cidade de Viçosa de uma forma geral e as características da população.

4.2 Projeto e ações futuras para Viçosa

Os participantes do Fórum, após discutirem, por meio da matriz Swot, os pontos fracos e fortes, as oportunidades e fraquezas do município de Viçosa, divididos em quatro eixos de análise (gestão pública, políticas sociais, desenvolvimento econômico e aspectos físicos e territoriais), apontaram projetos e ações futuras para a cidade. Foi possível condensar a contribuição dos participantes de acordo com os eixos analisados.

No eixo **Aspectos Físicos e Territoriais**, os Projetos e Ações referem-se às medidas propostas pelos participantes do Fórum para melhorar os aspectos positivos ou sanar/reduzir os problemas apontados nos pontos negativos. As referências que foram apresentadas se voltam para quatro dos temas discutidos, quais sejam: entidades e participação social, mobilidade urbana e uso e ocupação do solo.

Sobre **Desenvolvimento Econômico**, foram apresentadas ações que se voltam para quatro dos temas discutidos: Características Viçosenses, Empresas e Setores, Instituições e Pessoas e Capacitação. Em relação ao primeiro tema discutido, os participantes indicaram ações quanto aos aspectos materiais, como o aeroporto local que necessita de estrutura que lhe dê condições de operar comercialmente. As propostas para o segundo tema voltam-se para quatro setores: Indústria, Comércio e Serviços (dezessete referências); Turismo (cinco referências); Agropecuária (quatro referências) e Empresas de Base Tecnológica (três referências). Para cada setor, foram feitas propostas específicas, tais como: criação de leis de incentivo, realização de diagnósticos e construção de programas de

apoio à realização de eventos e, por fim, ações conjuntas. E, para o terceiro tema, Instituições, foram mencionadas ações futuras voltadas ao aperfeiçoamento das entidades e às suas medidas dirigidas à sociedade em geral.

Quanto ao eixo **Políticas Sociais**, três pontos foram citados para ações futuras. Primeiro, as possibilidades de interações e parcerias entre várias instituições de Viçosa, com o objetivo de criar projetos entre instituições de ensino superior, governantes e empresas privadas. As parcerias poderiam contribuir para reduzir as deficiências sociais do município e, também, potencializar ações na área de cultura, lazer, esporte, cidadania, educação, saúde e segurança, principalmente voltadas para crianças e adolescentes, a serem desenvolvidas nos bairros. Houve ênfase em novas oportunidades educacionais, o que implica a necessidade de maiores investimentos nesse setor, com a criação de escolas profissionalizantes para jovens e adolescentes, como forma de tirá-los do caminho das drogas. As ações futuras para resolver tais questões seriam focadas na capacitação dos profissionais, no melhoramento físico das escolas, na instituição do período integral da Educação Básica, com inserção de atividades extracurriculares. Foram enfatizadas várias propostas, como estruturação dos serviços públicos, criação da vara da criança e da juventude e implementação de ações para a prevenção de drogas e álcool, como a instalação do CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas).

No eixo **Gestão Pública**, os participantes manifestaram a necessidade de melhorias futuras em programas específicos referentes a saneamento, à estrutura da cidade, gestão de pessoas na prefeitura, atividade empresarial, educação de base (ensino fundamental e médio), na busca da permanência dos estudantes que se formam no município e à participação da sociedade.

5. Considerações finais

O presente artigo apresentou as prioridades apontadas no I Fórum de Desenvolvimento de Viçosa, a serem consideradas no âmbito da gestão pública, políticas sociais, desenvolvimento econômico e aspectos físicos e territoriais, tendo como suporte teórico a gestão social e a participação. O Fórum conseguiu gerar uma agenda e propor soluções alternativas a partir do diálogo entre os participantes, dando espaço para a democracia deliberativa (GOHN, 2003).

O evento realizou um primeiro passo para a efetivação da participação popular, gerando o entendimento comum dos problemas sociais da cidade de Viçosa e das futuras ações para a problemática apresentada, restando uma aproximação com o poder público e com outros agentes para a materialização das proposições, de modo que a democracia deliberativa aconteça de fato.

No que tange ao eixo gestão social, por exemplo, as discussões perpassaram os temas sobre educação e participação social como a base e o caminho para o avanço do município. No eixo que se refere aos aspectos físicos e territoriais do município, os pontos citados reforçam a ideia de que a cidade possui um potencial a ser explorado, representado, nessa categoria, pelo conhecimento e qualificação dos residentes, assim como o fato de ser um polo regional. Por outro lado, é evidenciado o mau uso dos seus recursos e a falta de infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Nesse eixo, foi enfatizado o papel das entidades nos problemas concretos enfrentados pela população viçosense.

Quanto ao desenvolvimento econômico do município, percebe-se que a discussão enfatizou a importância das potencialidades de Viçosa. Para realizar essas potencialidades, são necessários o desenvolvimento gerencial e técnico, a qualificação da mão de obra e um maior incentivo aos setores econômicos, especialmente o de turismo e os de base tecnológica. As

vulnerabilidades e limitações detectadas são, basicamente, a precária infraestrutura urbana e a dependência econômica do município de Viçosa em relação à universidade federal.

No que se refere ao eixo gestão pública, nota-se que, de maneira geral, os apontamentos feitos pelos participantes do evento destacam a necessidade de maior participação do poder público local, especialmente por meio de programas/leis voltados para o desenvolvimento socioeconômico e para maior interação com organizações civis e faculdades/universidade instaladas na cidade.

No decorrer da análise, percebe-se uma confrontação entre o potencial e o real. As entidades civis são muitas, mas com ação fragmentada. O município foi apontado como possuidor de uma imagem externa favorável, mas sua estrutura social é desigual e a infraestrutura urbana, deficiente. Mesmo sendo produtor de conhecimento, há deficiências na qualificação para o mercado de trabalho.

As propostas e ações foram dirigidas no sentido de realizar o potencial do município e de reduzir os problemas relatados. O poder público municipal é chamado à responsabilidade em quase todas as propostas. A compilação extraída dos apontamentos sobre a cidade sonhada para 2025 é inspiradora, tanto pela forma quanto pelo apelo. O “Sonho para Viçosa” torna-se, assim, um conjunto de ideias que emerge do Fórum e que, se transformado em planos, poderá evoluir para ações que permitam atingir os objetivos sociais permanentes.

Assim, as análises a partir dos apontamentos dos participantes do I Fórum de Desenvolvimento de Viçosa apontam para questões urgentes e chamam a atenção para uma atuação mais incisiva do poder público municipal em parceria com as entidades civis. Não se trata de apenas destacar os problemas. A própria realização do Fórum, do qual participaram representantes de várias entidades e, também, cidadãos sem vínculo institucional, reflete a disponibilidade para colaborar. O levantamento

empírico do Fórum permite, aos formuladores de políticas públicas do município, implementar diretrizes para ações futuras.

A experiência adquirida na realização do I Fórum, os temas e a forma de identificação de ações aqui destacados são subsídios para o aperfeiçoamento da prática cidadã por excelência, salientando que os planos formulados pela população devem ser aceitos pelo poder executivo local para que se efetivem.

1. Referências

ALBURQUERQUE, M. C. A. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. In: **Democracia, sociedade e participação**. Chapecó: Ed Argos, 2007. p. 443 - 464 .

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação social no Brasil. da autorização à legitimidade da ação. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CARRION, R. S. M.; CALOU, Â. Pensar a gestão social em terras de ‘Padinho Cícero’ (Prefácio). In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

- COELHO, V.S.; FAVARETO, A. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. In: **Democracia, sociedade e participação**. Chapecó: Ed Argos, 2007. p. 97-126 .
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- EVANS, P. Para além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, v. 5, n. 9, p. 20-62, jan./jun. 2003.
- FRANÇA FILHO, G. Definindo gestão social. In: SILVA J. ; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 26-36 .
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- MILANI, C.R.S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP- Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 551-579, maio/jun. 2008.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SANTOS, B.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: _____. (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- TEIXEIRA, J.C; ARAÚJO, P. G.; PIMENTEL, M. P. C. Reflexões sobre uma gestão pública adjetivada como social. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA – SEGeT, 7., 2010, Resende. **Anais...** Resende-RJ: AEDB, 2010.
- TENDLER, J. **O bom governo nos trópicos: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: ENAP, 1998.
- TENÓRIO, F. G. A Trajetória do programa de estudos em gestão social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1145-1162 , nov./dez. 2006.
- _____. **Gestão social: metodologia, casos e práticas**. 5 ed. (Rev. Amp.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____. (Re) Visitando o conceito de gestão social. In: Silva J. .; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 48 - 58 .
- ZICCARDI, A. Espacios e instrumentos de participación ciudadana para lãs políticas sociales del âmbito local. In: _____. (Org.). **Participación ciudadana y políticas sociales del âmbito local**. México (DF): IIS/Comesco/Indesol, 2004. p. 1-20 .

